

Coisas da Política

Congresso concede-se o maior feriadão do mundo

Pelo novíssimo calendário da madracice, hoje é dia de votação no Congresso que só às quartas-feiras junta parlamentares em número que garanta quórum para a aprovação para valer de proposições, ali na verdade do voto.

Nem o mais otimista dos senadores e deputados acredita que, nesta quarta engatada na Semana Santa e com o encaixe em semana quebrada pelo feriado de ontem, a lombeira curtida em dias emendados de pachorrento espreguiçar desentoque parlamentares do contato direto com as suas bases familiares para a canseira da viagem à Brasília.

Depois, para quê? Para nada. Ou apenas para a simples presença, como é da elementar obrigação de quem leva seu mandato a sério.

Bem feitas as contas, com o desconto de votações simbólicas em projetos de escasso interesse, o Congresso, o Senado e a Câmara não enfrentam o batente da aprovação de matérias politicamente importantes, polêmicas, aquecidas pelo debate, com o plenário engolfado na controvérsia, enquanto os entendimentos correm nos bastidores para o acerto das fórmulas viabilizadas pelo consenso, exatamente desde o último 25 de março. Há quase um mês, precisos 27 dias. Lá é verdade que a estafa do derradeiro mutrião reclamava mesmo um repouso para prevenir o perigo de nova estafa. Em sessão memorável de um dia que, com algum exagero, merece a qualificação de histórico, a Câmara aprovou, em primeira votação, a emenda constitucional que fixa o generoso teto de 75% dos subsídios federais para os deputados estaduais e, na contramão da cascata, 75% do que embolsam os deputados estaduais para os vereadores.

Para não perder o embalo, a Câmara ainda aprovou outra emenda constitucional, paparicada pelo presidente Collor e pela qual morrem de amores os ingratos tuucanos, que antecipa para 21 de abril de 1993 o plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo.

Ainda no mesmo impulso, a Câmara aprovou o projeto criando a Secretaria de Governo, no dia seguinte também aprovado pelo Senado, legalizando a constrangedora situação pessoal do ministro Jorge Bornhausen.

De então para cá, o Congresso repousa. Sessões às moscas, aqui e acolá uma reunião nas comissões — que são as únicas celulas vivas no organismo que parece afundado em crise de depressão suicida.

Pelo visto, o maior feriadão do mundo vai espichar até a quarta-feira próxima, 29 de abril, fechando um mês e a gorjeta de dois dias de recesso branco.

A semana que vem promete alguma agitação rompendo o silêncio monorrão de plenários vazios, com meia-duzia de almas do outro mundo se revezando nos microfones para o brilhareco do regis-

tro na *A Voz do Brasil*, com estrondosa repercussão provinciana.

Afinal o Congresso vai arregaçar as mangas e esbofar-se na apreciação de dois projetos encaminhados pelo Executivo, ambos com alta carga de interesse popular: o que altera a política salarial e fixa o salário mínimo em Cr\$ 230 mil por quatro meses, a partir de 1º de maio, e o que propõe aumento para os vencimentos dos militares e, por extensão, que diabo, também para o funcionalismo civil, inclusive aposentados, num reajuste de 80% que surpreendeu os paisanos, pagos em três parcelas.

Não deve, portanto, faltar quórum na próxima semana. Parlamentares não gostam de faltar às votações de projetos do interesse da massa de eleitores funcionários públicos, ainda mais a cinco meses e pouco da eleição municipal.

Depois, como as duas aprovações são certas, convém marcar presença e registrar o voto favorável. A ocasião é oportuníssima para a apresentação de emendas, fadadas à rejeição ou ao veto presidencial, elevando índices de aumento, ampliando vantagens, pendurando mordomias e babiliques em categorias privilegiadas, sob a carinhosa proteção do autor ou dos autores.

Sabe-se como as coisas se passam. O projeto é aprovado, com rejeição da emenda. Um pedido de destaque amplia o volume do ruído, garantindo votação especial para o agrado ao voto.

Por aí se vê que se a semana vindoura anuncia alguma movimentação no Congresso, não será ainda a hora do teste definitivo da nova base parlamentar que o governo vem construindo, em aplicação comovedora, desde o lance de truz da renúncia coletiva do Ministério, com os babados dos secretários. Continuaremos mergulhados na ansiedade, sem saber se afinal o governo, depois de empanturrar o PFL de ministérios, de cevar o PTB, o PRN, o PDS e até o modestíssimo PL com a fatia magricela do Ministério do Trabalho — desatrelado da Previdência Social das gordas verbas e da suculenta roubaheira —, tem ou não maioria de fé, confiável no botão eletrônico, a dedo durar no painel o voto de cada um.

A prova dos nove fica para um pouco mais tarde, quando chegar a Ordem do Dia a munição de grosso calibre, com as emendas constitucionais e demais propostas do Projeto.

Entre um feriadão e a rotina das gazetas, o Congresso vai cavando mais fundo o buraco da sua impopularidade, refletida nos índices recordistas de rejeição popular e nas desmoralizantes intenções de votos nulos, em branco ou da indignação do protesto da abstenção deliberada, apurados nas pesquisas preliminares sobre as tendências do eleitorado para as eleições municipais.

Um Congresso que assim se expõe à lapidação do desprezo popular é um convite ao golpe.

Villas-Bôas Corrêa